

QUANDO OS CAMPOS SÃO A CIDADE: O ESPAÇO URBANO EM JOGO NAS TRAMAS DO FUTEBOL DE VÂRZEA

Enrico Spaggiari¹

Alberto Luiz dos Santos²

Resumo: O presente artigo problematiza a urbanização de São Paulo (SP) na chave do processo de uso e apropriação do espaço, com enfoque no futebol popular e nos campos de várzea. No primeiro momento, o debate é dedicado à emergência do futebol na capital paulista e o modo como emergiram, nos bairros populares, arranjos que deram origem às centenas de campos que se espalharam pela cidade, cuja posterior rarefação está ligada à concepção de espaço-mercadoria no âmbito das políticas urbanas. Em seguida, o artigo direciona a discussão para duas instâncias de uso do espaço, mediadas pela administração pública, onde tensões, agenciamentos, permanências e rupturas perpassam os espaços varzeanos, destacando como crianças e jovens apreendem a cidade a partir do futebol.

Palavras-chave: Futebol de várzea; Espaço; São Paulo.

When the fields are the city: the urban space at stake in the plots of lowland football

Abstract: The present article problematizes the urbanization of São Paulo (SP) in terms of the process of use and appropriation of space, with a focus on football fields. At first, the debate is devoted to the emergence of football in the city and the way in which arrangements emerged in popular neighborhoods that gave rise to the hundreds of fields that spread across the city, but whose subsequent rarefaction is linked to the concept of space-commodity within the scope of urban policies. Then, the article directs the discussion to two instances of space use, mediated by the public administration, where tensions, agency, permanence and ruptures permeate the sports spaces, highlighting how children and young people apprehend the city from football.

Keywords: Amateur Football; Space; São Paulo.

Cuando los campos son la ciudad: el espacio urbano en juego en las parcelas del fútbol llano

Resumen: El presente artículo problematiza la urbanización de São Paulo (SP) en términos del proceso de uso y apropiación del espacio, con foco en las canchas de fútbol. En un primer momento, el debate está dedicado a la eclosión del fútbol en la ciudad y la forma en que surgieron los arreglos en los barrios populares que dieron origen a los campos que se repartieron por la ciudad, pero cuyo posterior enrarecimiento está ligado al concepto de espacio-mercancía en el ámbito de las políticas urbanas. Luego, el artículo analiza dos instancias de uso del espacio, mediadas por la administración pública, donde tensiones, agencias, permanencias y rupturas permean los espacios populares, destacando cómo niños y jóvenes aprehenden la ciudad desde el fútbol.

Palabras clave: Fútbol; Espaço; São Paulo.

¹Doutor em Antropologia Social pela USP, enricospaggiari@gmail.com, Goiânia, Brasil.

²Doutor em Geografia pela USP, albertosantos@alumni.usp.br, Valinhos, Brasil.

Breve contextualização³

Os processos que envolveu revisão do Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo (SP)⁴ nos últimos anos atestam que, nas relações de poder que definem a urbanização e o futuro da metrópole, a disputa entre as possibilidades de uso público do espaço e a sua privatização, segue tendendo ao triunfo da segunda, ou seja, do espaço como mercadoria. Dialeticamente, a ampla mobilização social contraposta ao conteúdo de tal revisão, articuladora de centenas de coletivos e organizações sociais desde o início do processo de sua elaboração⁵, demarca uma contrapartida: mesmo na adversidade, o jogo está em aberto. Há quem defenda uma metrópole que respeite, fomente e lute pela preservação de uma dimensão essencial à qualidade de vida das pessoas no cotidiano urbano, que é a fruição do uso do espaço. E tal mobilização não é de agora, vem de longe.

O uso do espaço na cidade de São Paulo (SP) sempre esteve em jogo. É possível afirmar que a duração dessa disputa seja inerente à própria história da cidade, ou mesmo, inerente à história de todas as cidades. Ao tratarmos da capital paulista, é premente contextualizar o acirramento deste confronto pelo uso após a década de 1970, quando o legado do processo de implosão-explosão da cidade⁶ e sua transformação em metrópole passou a instaurar, com maior intensidade, uma dinâmica de fragmentação e raridade espacial. (CARLOS, 2001; SEABRA, 2003).

O uso é aqui compreendido como instância do cotidiano, algo que prescinde da apropriação do espaço e da conformação de lugares onde as referências culturais se realizam, mobilizando identidades, memórias e afetos, existências e resistências (SANTOS, 2021). Trata-se do uso como insurgência, como possibilidade da obra, da festa, do encontro, do estar e do fazer coletivamente (SEABRA, 1996). Conforme versou a autora, trata-se do uso do espaço que se confronta com a sua troca, ou seja, com o espaço enquanto mercadoria, legitimado pelo pacto capital-

³ O conjunto de reflexões, dados e narrativas apresentados neste artigo se baseia nas pesquisas de doutorado dos autores (SPAGGIARI, 2016; SANTOS, 2021), bem como na participação destes no *Mapeamento do futebol varzeano de São Paulo (SP)*, estudo encomendado pelo Departamento de Patrimônio Histórico (DPH) a fim de reunir subsídios para a identificação de práticas culturais relacionadas ao universo popular varzeano e para a análise de processos administrativos de proteção do patrimônio cultural.

⁴ Lei 17.975, de 08 de julho 2023, que dispõe sobre a Revisão Intermediária do Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo (Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014).

⁵ Destaca-se, nesse sentido, a Frente São Paulo pela Vida, que reuniu tal diversidade de organizações em atos e reuniões periódicas durante o processo, que envolveu, para além das votações, a tramitação jurídica, a publicação de minutas e a realização de audiências públicas regionais.

⁶ Em Santos (2021), o processo de implosão-explosão da cidade, teorizado por Henri Lefebvre à luz da realidade parisiense, foi mobilizado para análise da urbanização em São Paulo (SP), com foco na expansão da área urbanizada, nos vazios urbanos e da multiplicação de campos de futebol varzeanos.

Estado e pela propriedade que, em linhas gerais, tende a negar, ou, minimamente, tolher e normatizar o uso⁷.

Imbricadas à questão do uso, as relações de poder supracitadas, que historicamente permeiam a elaboração e instauração de políticas urbanas (destacadamente o Plano Diretor e a Lei de Uso e Ocupação do Solo), envolvem uma diversidade de questões articuladas ao escopo das políticas urbanas: o mercado de terras, a especulação imobiliária, a segregação espacial (de base socioeconômica e racial), as infraestruturas e serviços públicos que, em tese, seriam garantidores de direitos como a moradia, transporte, cultura, esporte e lazer. Entre as diversas contradições e violências que perpassam tais questões, decorrentes das políticas implementadas em São Paulo (SP) ao longo do século XX e XXI, este artigo aborda, principalmente, os direitos à cultura, ao esporte e ao lazer, com enfoque na progressiva diminuição dos lugares do *futebol popular* (RIBEIRO; SPAGGIARI, 2023).

Este futebol demarca espacialmente a insurgência: é ação política contra a negação da festa. Sua trama transcende a prática dos que disputam a bola. É explícita, histórica e politicamente uma disputa de cidade. Desde a origem, o futebol é ocupante dos espaços menos valorizados, os alagadiços e meandros, a várzea.⁸ Essa “febre futebolística” (SEABRA, 2003), realizada na várzea, se articulou a um futebol de clubes, em grande parte elitizados e racistas, bem como ao futebol de fábrica (ANTUNES, 1992), sendo este amplamente difundido e significativo ao cotidiano de famílias operárias.

Os bairros onde a população se organizou para a autoconstrução de campos - muitas vezes em contexto simultâneo à autoconstrução das suas próprias moradias e arruamentos -, da primeira metade do século XX aos seus meados, foram o reduto de comunidades e relações de vizinhança. O futebol e os clubes populares, em sentido amplo (envolvendo suas demais atividades), bem como agrupamentos carnavalescos, bailes, coletivos de cultura, igrejas e demais coletividades, elucidam sobre uma lógica organizativa de multidões. São arranjos contínuos, potentes, que perpassam décadas, se recriam e se nutrem das referências culturais em entrecruzamento. Arranjos que prescindem de lugares de realização, suporte material e simbólico da cultura, como destacou Scifoni (2013) ao tratar dos campos de futebol de várzea.

⁷ Cumpre destacar que tal entendimento não desconsidera as inúmeras situações no cotidiano urbano em que, mesmo em propriedades privadas, o uso do espaço imposto por tal relação de propriedade é subvertido pelos grupos sociais. Trata-se do debate sobre o espaço *tornado* público (SERPA, 2016), mesmo em situação privada, conforme debatido em Santos (2021) tomando como exemplos o futebol varzeano realizado em terrenos privados, sem relação de propriedade por parte dos times e clubes.

⁸ A expressão “várzea” refere-se à apropriação dos terrenos marginais dos principais rios da cidade, como o Tamanduateí, Tietê e Pinheiros, por campos de futebol desde a sua origem. A presença deste futebol amador e majoritariamente popular não é uma exclusividade das grandes metrópoles e tampouco da cidade de São Paulo, como mostram as práticas nas médias e pequenas cidades, com destaque às zonas rurais.

Os campos são elementos básicos para a constituição de um *ethos* varzeano. São identificados com o nome do clube, ou do dono do terreno, de alguma figura importante ligada ao futebol, ou com o nome da localidade no bairro, seja a vila, a rua, alguma referência urbana ou uma característica geográfica. Ter um campo próprio e a sede – tal como a construção da casa própria – aparecem como símbolos de luta dos futebolistas. Referências centrais de diferenciação social, a residência e o campo de futebol são costurados nas narrativas de varzeanos, ambos tidos como projetos individuais e coletivos, pessoais e familiares. Os campos variam de medidas, formatos, em terrenos improvisados, disformes, repletos de desníveis, enlameados e esburacados, pois sua construção era feita o mais rápido possível. Ao mesmo tempo que as condições da casa diferenciam os moradores do bairro, certos aspectos – ter ou não um campo, ser gramado ou de terra batida, ter ou não ter iluminação – diferenciam e estabelecem rivalidades entre agremiações.

Se a constante ameaça da perda destes espaços segue assolando os/as abnegados/as varzeanos e varzeanas, como tratou Favero (2019), ou seja, se seguimos assistindo à destruição de campos varzeanos ou à interrupção de atividades de clubes populares, como é o caso do centenário Santa Marina Atlético Clube, na Água Branca,⁹ é premente elucidar as geografias do futebol popular paulistano numa chave histórica e processual. Retomemos, então, um conjunto de balizas temporais deste processo.

Futebol de várzea: dos bairros populares às periferias

É desafiador e um tanto impreciso demarcar a introdução do futebol em São Paulo (SP), uma vez que a cidade sempre foi receptora de intensos fluxos migratórios internos e de estrangeiros. Pensando na padronização do jogo, aos moldes ingleses, estudos da área (GAMBETA, 2015; STREAPCO, 2016) consideram os clubes que passaram a inserir o futebol em seu quadro de atividades como instância possível de delimitação desta introdução, ao término do século XIX e, notadamente, no início do posterior. Elitizados, tais clubes eram restritivos às camadas populares enquanto prática, ainda que, posteriormente, o

⁹ O Santa Marina Atlético Clube, fundado em 1913, de origem operária (ligado à Antiga Vidraria Santa Marina) e integrado ao circuito do futebol de várzea paulistano, figura como o mais antigo clube varzeano em atividade de São Paulo (SP). Sua estrutura clubística, envolvendo campo, quadra poliesportiva, acervo de memórias e espaços de sociabilidade, situa-se em área de propriedade da empresa multinacional Saint Gobain (que adquiriu a antiga Santa Marina e reivindicou reintegração de posse). Recentemente, em junho de 2023, teve suas atividades interrompidas, à revelia do entendimento do Departamento de Patrimônio Histórico de São Paulo (SP), que reconheceu o valor cultural de suas atividades e recomendou seu enquadramento como Zona Especial de Preservação Cultural – Área de Preservação Cultural (ZEPEC – APC), mecanismo de proteção vinculado à Lei nº 16.050/2014 (Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo). Tal recomendação foi acolhida pelo Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (CONPRESP) em agosto de 2023.

futebol das estruturas clubísticas passaria a intensificar a adesão torcedora, com a emergência das competições, federações e, posteriormente, da profissionalização.

Em simultaneidade, o contexto também foi de ascensão do futebol engendrado às fábricas, no bojo da industrialização de São Paulo (ANTUNES, 1992; FONTES, 2014). Equipes formadas por operários, com diferentes níveis de controle, agenciamento e interesses se multiplicavam nas vilas operárias e subúrbios adjacentes à então cidade.

As formas de sociabilidade e associativismo popular que transcendiam especificamente o futebol, também transcendiam, potencialmente, a população operária. Uma parcela numerosa e majoritária, ainda mais precarizada em seus direitos, compunha esse grupo social que aqui se denomina como popular: pessoas desempregadas, recém-chegadas à cidade, trabalhadoras precarizadas em comércio e serviços, sendo em grande parte descendentes de famílias que foram escravizadas. Pululavam bairros populares, no padrão da auto-construção e, majoritariamente, da ilegalidade inicial dos lotes, numa cidade carente de políticas públicas e que era atravessada por recortes sociais e raciais quando estas políticas, ainda que rarefeitas, eram realizadas.

Muitos futebóis¹⁰ acompanharam esse movimento de produção do espaço urbano ocorrido nas primeiras décadas do século XX, os primórdios de um padrão periférico de crescimento (RAIMUNDO, 2017), que deixava, em seus interstícios, os vazios urbanos e terrenos vagos (ALVAREZ, 1994). Tais vazios, predominantemente as várzeas e meandros alagadiços dos rios e córregos paulistanos, eram o “quintal dos bairros encarapitados nas colinas”, os “terrenos baldios”, que seriam lugar para o “esporte dos humildes”, como tratou Ab’Saber (2007). No intervalo entre 1930-1970¹¹ se multiplicou, nesses terrenos, o processo de insurgência do uso, supracitado. A despeito de qualquer relação de propriedade de fato, a organização coletiva popular auto-construía seus campos de jogo a muitas mãos, ou seja, o uso do espaço se sobrepunha à troca, a partir da apropriação.

Inumeráveis campos,¹² donde se desdobravam instâncias posteriores de agenciamento, relacionando outras formas de

¹⁰ Arlei Damo (2007) identifica quatro matrizes futebolísticas - espetacularizada, bricolada, comunitária e escolar -, que podem se articular e dialogar com a complexidade e singularidades locais. Nessa chave, o futebol de várzea está dimensionado na matriz comunitária, sem deixar de ser perpassado pelas demais. Pensar o futebol no plural permite desvelar relações e marcadores sociais, econômicos, de classe, raça e gênero, que por vezes escapam quando se reduz o futebol à sua versão espetacularizada, hegemônica e heteronormativa.

¹¹ Tal contextualização temporal expressa o momento mais pujante do processo, não devendo ser encarada de modo restritivo.

¹² Para uma estimativa desses campos ver Santos (2021).

associativismo.¹³ Campos que eram envolvidos, muitas vezes, pelas estruturas dos ascendentes clubes populares de bairro, com atividades para além do futebol. Inumeráveis times, jogos, festivais e copas, feitos marcantes que as memórias seguem articulando e reverberando. Entre a instância da fábrica e dos bairros populares, em diferentes níveis de articulação, o futebol de várzea se consolidou como referência da cidade que se tornava metrópole.

Em que pese os terrenos de jogo, tal transformação, da cidade em metrópole, contextualizada ao pós-1970, pode ser elucidada por um conjunto de dinâmicas: a reestruturação urbano-industrial, a rarefação espacial acompanhada da necessidade de reprodução do espaço, a fragmentação da vida de bairro, o adensamento populacional nas periferias e a expansão das áreas urbanizadas (LENCIONI, 1994; CARLOS, 2001; SEABRA, 2003; RAIMUNDO, 2017). Os campos mais antigos seriam então tensionados por tais processos: deixam de existir pelas relações de propriedade impostas ao espaço, em sua maioria legitimadas por políticas urbanas, bem como por infraestruturas urbanas (escolas, hospitais, vias de mobilidade, etc.), ou resistem a partir de agenciamentos locais e negociações políticas. Emergem, a partir daí, regulamentações junto ao poder público municipal, os Clubes Desportivos Municipais (os atuais Clubes da Comunidade) e, posteriormente, os Centros Esportivos, em sua maioria abarcando campos originados pela autoconstrução previa. Trata-se processo que será enfoque da seção posterior.

Antes de passar a esse debate, cumpre demarcar que tal pressão não eximiu a efervescência varzeana, que se adensou nos campos que permaneceram e que permanecem, articulando todo um legado de referências culturais. Enquanto os deslocamentos das famílias pela metrópole se intensificavam, em decorrência da especulação imobiliária, a “cultura varzeana” se rearranjou, acompanhada pela ameaça eminente de perda de seus lugares. Ademais, se a metrópole avançou em área, nas periferias, os vazios urbanos e terrenos vagos também. Nas quebradas, times continuaram sendo fundados e novos campos sendo autoconstruídos, remetendo às dinâmicas do início do século, com novos contornos. Trata-se de futebol como obra, conforme tratado em Santos (2021).

Em sentido amplo, compreendemos o futebol de várzea em ininterrupta transformação e de insistentes permanências. A autoconstrução de campos atesta como a produção do espaço comporta múltiplas temporalidades, sendo fugidia a uma linearidade previsível em termos de sua ascensão e rarefação. A várzea conforma um circuito e desvela movimentos e contradições que sempre comportam o novo, por ser um arranjo de diversas referências culturais, como será tratado nas seções 3 e 4 deste artigo.

¹³ Para um aprofundamento sobre as redes, circuitos e formas de associativismo que envolvem o futebol varzeano de São Paulo ver Silva (2013) e Spaggiari (2016).

Nesse sentido, “[...] conquanto carregue a insígnia da transformação, dos deslocamentos - uma máquina de criar e arrasar tradição -, desde que bola rolou pela primeira vez em um campo de várzea de São Paulo, ela nunca mais parou” (FAVERO, 2019, p.72). Ademais, a despeito das narrativas que insistem em projetar uma São Paulo afeita primordialmente ao trabalho, minimizando seus conteúdos de lazer e ludicidade cotidiana, bem como àquelas que aludem ao “fim da várzea”, “[...] fundar um time de futebol de várzea continua hoje sendo parte de um repertório de ação coletiva possível e desejável na cidade de São Paulo” (FAVERO, 2019, p.74). No tópico a seguir, tratamos da relevância dos Clubes da Comunidade (CDC’s) nesse processo.

Entre a organização popular e a administração pública: os CDC’s

Os Clubes da Comunidade, ou simplesmente CDCs como são popularmente chamados, são equipamentos públicos da Prefeitura Municipal de São Paulo (SP), sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação (SEME) que substituíram os antigos CDMs (Clubes Desportivos Municipais), sendo estes criados a partir da década de 1970.

Tal responsabilidade da SEME ocorre na forma de uma administração indireta. Os CDC’s são associações de direito privado, que envolvem Prefeitura, comunidade local e entidades socioesportiva. Os terrenos onde estão situados são de propriedade da Prefeitura, possuindo, em geral, um ou mais campos de futebol, além de outras estruturas esportivas variáveis (quadras poliesportivas, mini-campos, equipamentos de ginástica e musculação, equipamentos recreativos), bem como estruturas como bares e salões. A organização e realização de tais atividades não é realizada apenas prefeitura municipal (SEME) em si, sendo majoritariamente responsabilidade da Diretoria do CDC.

O decreto municipal 57.260/2016 (que regulamentou a Lei Municipal 13.718/04) é a versão mais atualizada das legislações que regulamentam os CDC’s. Segundo ela, para que os cidadãos solicitem que um terreno se torne CDC, é preciso, primeiramente, identificar o endereço como pertencente a área do município. Ademais, a comunidade precisa oferecer: pelo menos um equipamento esportivo (campo, quadra, ginásio, etc.); vestiários e WC masculinos e femininos; área coberta para atividades socioculturais; área de recreação infantil (playground ou brinquedoteca) e estar devidamente murada ou cercada oferecendo segurança aos munícipes frequentadores.

Tais exigências explicitam como os CDCs estão assentados em processos organizativos e coletivos pretéritos, no sentido da apropriação e uso do espaço, conforme discutido. Ou seja, são regulamentados a posteriori de uma intencionalidade coletiva que instaurou o uso voltado ao esporte, lazer e cultura, mesmo sem relação prévia de propriedade.

Em termos de formação de sua Diretoria, é necessário ter no mínimo duas associações esportivas interessadas na constituição e devidamente cadastradas em SEME, que coordena o processo de eleição das entidades que farão esta gestão, fiscaliza o uso, implementa políticas públicas e insere atividades no calendário destes espaços. Até a elaboração deste artigo, o sítio oficial da Prefeitura de São Paulo¹⁴ indicava a existência de 249 unidades esportivas em terrenos municipais e, de acordo com a SEME, a "(...) gestão do espaço é feita por entidades da comunidade local com reconhecida vocação no trabalho esportivo, legalmente constituídos em forma de associação comunitária ou e eleitos pela própria população do bairro".

Com um calendário intenso de eventos e atividades semanais, os CDC's se tornaram referências para a manutenção do futebol de várzea paulistano diante da pressão imobiliária e diminuição progressiva de campos. De alguma maneira, são "oásis" diante da rarefação espacial e potentes suportes para o *ethos* varzeano. Diante de numerosos exemplos que poderiam ser citados, em sua historicidade e localização, elucidamos tal relevância a partir do caso do Campo da Xurupita¹⁵, localizado no Distrito do Jaraguá, na região Noroeste.

O campo foi construído em 1984, sendo um entre tantos casos em que a autoconstrução do espaço de jogo se deu em simultaneidade à autoconstrução do morar. Com a intensificação do modelo periférico de expansão urbana, a população pobre e predominantemente negra teve na aquisição de terrenos periféricos e na construção de suas casas aos fins de semana a única alternativa para viver em São Paulo. Nessa dinâmica, a compra de terrenos em loteamentos ainda não regularizados e a apropriação direta - as ocupações -, foram e seguem sendo recorrentes, tendo em vista a ineficácia das políticas públicas de moradia. Nos meandros desse território periférico, descontínuo e fragmentado, passam a pulular campos de futebol "recentes", muitas vezes consolidados como principal instância de encontro e sociabilidade das *quebradas*.

No Xurupita, por exemplo, isso perdurou até 2021, ano em que a regularização como CDC foi encaminhada, com obras iniciadas em 2022. Em pesquisa feita nessa comunidade, em 2018 (SANTOS, 2021), o então Presidente da Diretoria que administrava o Xurupita, informou que o campo estava em fase de regularização junto à Secretaria Municipal de Esportes, da PMSP, em vias de tornar-se um CDC. Foi montada uma Diretoria com diversos membros dos times que atuam na Xurupita e, segundo o presidente, naquela ocasião, o grupo estava gradativamente atendendo às exigências da SEME. Já em 2021, em

¹⁴<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/esportes/menu/index.php?p=263447>. Acesso em 29/06/2023.

¹⁵ A elucidação a partir de tal caso deriva de pesquisa recente desenvolvida pelos autores desse artigo, dedicada a um mapeamento do futebol varzeano de São Paulo (SP) para fins de proteção dessa prática como patrimônio. Sobre o tema ver: Santos, Bonfim, Spaggiari (2022).

outro contato com os varzeanos do Xurupita, foi informado que esse histórico (entre 1984 – 2021) alternou outros momentos de participação do poder público, porém agora o processo se encaminha de modo definitivo. Assim, tende à consolidação e permanência deste lugar do futebol popular, autoconstruído e auto-organizado, amplamente reconhecido na várzea da região, pela grande quantidade de times que ali jogam, pelos projetos sociais, festivais e campeonatos.¹⁶

A estrutura organizativa dos CDC's, com esse potente vínculo local e participação por meio das diretorias configura uma das principais diferenças entre os CDCs e os Centros Esportivos (CEs). Esses últimos também se apresentam como equipamentos públicos e municipais que oferecem diversas atividades esportivas e de lazer para a população de todas as regiões de São Paulo de forma gratuita. Porém, no caso dos Centros Esportivos, trata-se de uma administração diretamente, totalmente centrada na SEME.¹⁷ Cumpre destacar, na chave da discussão proposta por esse artigo, a relevância dos CE's para o circuito do futebol varzeano, uma vez que parcela considerável desses equipamentos possuem campos de futebol onde ocorrem eventos e competições atrelados à várzea, além de outros processos, destacadamente a formação de jovens.

A chegada dos CEUs

Se os Clubes da Comunidade (CDC's) e dos Centros Esportivos (CE's) permitem observar regulamentações de campos originados pela autoconstrução, o surgimento de um novo conjunto equipamentos, implementados pelo poder público municipal a partir dos anos 2000, traz questões importantes para compreender desdobramentos recentes de processos que têm mobilizado agenciamentos locais e negociações políticas em torno da permanência e resistência dos campos e espaços varzeanos.¹⁸

¹⁶ Em registro realizado em 2018 o campo reunia 16 times atuando semanalmente (mandantes), além de eventos e escolinha de futebol contando com aproximadamente 200 crianças.

¹⁷ O histórico destes Centros remonta aos meados do século XX, tendo datação variável, mudanças administrativas e parcerias por projetos. Em linhas gerais, enquanto proposta de estrutura clubística poliesportiva, seu principal referencial histórico é o Pacaembu, cuja inauguração data da década de 1940 (atualmente em concessão de parte de sua estrutura). Diversos Centros Esportivos foram inaugurados nas décadas subsequentes. Atualmente, a SEME administra 47 Centros Esportivos, responsáveis por uma vasta programação de atividades esportivas, além de espaços como playgrounds, brinquedotecas, salas de ginástica, salão de jogos, piscinas e demais espaços que abrigam uma ou mais modalidades.

¹⁸ Os dados aqui apresentados foram coletados durante o Projeto “CEU — Memórias e Ação”, realizado pela Coordenadoria dos Centros Educacionais Unificados (CoCEU) da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo (SME) e que contou com a participação, na forma de consultoria, da equipe da Argonautas – Pesquisa Etnográfica, inclusive de um dos autores do artigo. O objetivo do projeto era consolidar a atuação dos CEUs enquanto equipamentos de preservação e valorização

A relação dos Centros Educacionais Unificados (CEUs)¹⁹ com as periferias paulistanas deve ser compreendida não somente a partir de uma história institucional acionada pelo poder público.²⁰ A chegada de cada CEU ao respectivo bairro dialoga com temporalidades mais amplas, anteriores à construção dos equipamentos, quando outros usos e significados eram atribuídos aos terrenos ocupados. Tempos em que os terrenos eram desvalorizados: várzeas, pântanos e áreas desocupadas onde circos e parques podiam se instalar, onde havia campos de futebol de várzea e matagais onde se empinava pipa. Tais memórias lúdicas e festivas de processos de uso e apropriação se misturavam às descrições desses espaços como associados a lixões, tráfico de drogas, assassinatos e abandono de corpos. A paisagem do lazer se confundia, muitas vezes, com a paisagem da violência em bairros que se conformavam ao redor desses terrenos por meio de loteamentos, projetos habitacionais do governo, mutirões de autoconstrução, e, em muitos casos, ocupações habitacionais.

O processo de utilização dos terrenos para a construção dos CEUs, sejam aqueles já de propriedade municipal ou adquiridos, resultado de reivindicações e demandas pela presença do poder público nos bairros periféricos, é marcado, também, por reações distintas da população local. Movimentos populares lutaram pela implementação dos CEUs em suas localidades, com a maioria dos moradores satisfeita por receber um equipamento de tal magnitude. Porém, houve também casos em que a chegada do equipamento escancarou disputas entre diferentes grupos já presentes dentro dos territórios - vizinhos, associações de moradores, comerciantes, clubes varzeanos e, em alguns casos, traficantes de drogas - e gerou posicionamentos conflitantes sobre as mudanças e impactos que as novas unidades educacionais provocariam na realidade do bairro.

Em contextos tão multifacetados, o advento dos CEUs implicou várias negociações e diferentes formas de mediação entre poder público e a população de cada localidade. Nesse cenário, quando ocorre reconhecimento mútuo entre comunidade e o novo equipamento que chega ao território, emergem muitos questionamentos e resistências, principalmente em relação ao papel que o terreno cumpria antes da sua chegada. Um dos motivos desses tensionamentos era a prática do

das memórias e histórias relacionadas aos bairros em que estão situados, integrando-os assim aos respectivos territórios urbanos.

¹⁹ Centro Educacional Unificado (CEU) é um equipamento público voltado à educação infantil e fundamental, que oferece, articulado à proposta pedagógica, atividades artísticas, práticas esportivas e espaços de lazer em uma mesma unidade.

²⁰ O projeto dos CEUs, estruturado pela Secretaria Municipal de Educação de São Paulo durante a gestão da então prefeita Marta Suplicy (2001-2004) e continuado pelas gestões seguintes, teve como objetivo principal levar um equipamento inovador e de qualidade - que dispõe de quadras, piscina, teatro, playground, biblioteca e outros espaços coletivos e recreativos - para as periferias paulistanas, contribuindo assim para combater a desigualdade em bairros marcados por carências, pobreza e exclusão social.

futebol de várzea em vários dos terrenos onde foram construídas as unidades do CEU. Esses espaços, geralmente, eram caracterizados por serem, antes das obras de construção dos equipamentos, áreas amplas e sem moradia, utilizados muitas vezes como campos de futebol e tidos como importantes pontos de lazer.

Em alguns bairros, os equipamentos foram construídos em áreas onde existiam campos de futebol, o que mobilizou diferentes posicionamentos e discursos de moradores e lideranças locais, além de demandar negociações com os times que ocupavam os campos de cada região. É o caso do CEU Meninos, instalado onde se localizava o campo de futebol da antiga Cerâmica de São Caetano. Em outras regiões, os campos foram conservados e permanecem na paisagem urbana, inclusive foram incorporados ao terreno do CEU e passaram a ser geridos pela equipe gestora do equipamento, tal como ocorreu no CEU Alvarenga, onde os varzeanos (jogadores e frequentadores) da área não reconhecem a legitimidade do CEU no campo que foi mantido.

A chegada dos CEUs nos bairros periféricos da cidade de São Paulo mobilizou uma série de controvérsias e tensionamentos na relação dos varzeanos de cada localidade com os novos equipamentos, tanto pela percepção de perda dos campos de futebol, quanto pelo desconhecimento ou desconfiança acerca do papel que eles ocupariam nos territórios e junto às comunidades locais.

O terreno do CEU Sapopemba, por exemplo, era um campo de futebol conhecido como “Corinthinha”, muito valorizado pelos moradores mais antigos do bairro, por ser, até então, o único local de lazer para a comunidade. O Corinthinha tinha uma boa estrutura: um campo cercado com arquibancada, seis vestiários, um grande salão e chegou a sediar, inclusive, uma partida entre Corinthians e Portuguesa. Quando foi anunciada a construção do CEU, em 2006, no terreno ocupado pelo clube, muitos moradores ficaram insatisfeitos por perderem seu único espaço de esporte e lazer. O que dificultou a inserção do equipamento no bairro e a construção de relações com a população local.

Do outro lado da cidade, na zona sul, outro Corinthinha, fundado na década de 1980 no bairro Três Corações, também teve que ceder seu campo. Em 2002, o projeto de construção do CEU Três Lagos provocou a mobilização de parte da comunidade local, que se posicionou contrária à construção de um equipamento novo e desconhecido no mesmo terreno que abrigava o único espaço de lazer do bairro. Porém, apesar dos protestos, o projeto foi desenvolvido e a unidade foi inaugurada em 2003. Sem espaço para jogar, o clube se desfez, mas alguns remanescentes do time se apropriaram da quadra de futsal do CEU Três Lagos, marcando amistosos e reuniões no local.

No caso do CEU Cantos do Amanhecer, o terreno onde hoje está instalado o equipamento, era uma área pública que ficou desocupada até o início da década de 1990, quando a Prefeitura inaugurou o Campo do Cafuringa, que se tornou o único equipamento de lazer e esporte da

região – uma antiga reivindicação da população local. Porém, a partir dos anos 2000 o espaço tornou-se motivo de tensão dentro da comunidade. Após servir de abrigo para famílias desalojadas por um deslizamento em um morro das proximidades e gerar incômodo para moradores do entorno, parte da população e associações locais pediram à Prefeitura que fosse construído um CEU no terreno do campo de futebol. Contudo, a construção do CEU Cantos do Amanhecer dividiu a comunidade: apesar de muitos gostarem do equipamento, parte dela ainda sente que perdeu seu espaço de lazer e, por isso, não frequenta o equipamento.

Dentre tantos exemplos, cabe destacar, no tópico seguinte, o caso do CEU Jambeiro, localizado em Guaianases, Zona Leste da cidade, pois desvela, de forma precisa, os tensionamentos e negociações que envolvem a atuação dos CEUs e os usos dos campos de futebol nas periferias paulistanas.

Campos, tensionamentos e negociações

Em Guaianases, as narrativas dos varzeanos mais veteranos sobre os campos de futebol do bairro reconstituem temporalidades muito anteriores ao CEU, de um período de abundância de espaços para a prática do esporte até a década de 1950, quando crianças e jovens usavam e se apropriavam dos terrenos baldios que sobravam no bairro, limpavam e faziam um campinho. Com a transformação do espaço de “mato em bairro” nas décadas seguintes, emergia um cenário de disputas pelo espaço urbano e aumentava a dificuldade para encontrar e constituir campos. O bairro vivia as inúmeras transformações decorrentes da expansão da área urbanizada e da fragmentação espacial – investimentos imobiliários, construção de moradias populares, reformulação da malha viária urbana etc. – e o futebol de várzea perdia campos e sedes, seus espaços e lugares de pertencimento. Era difícil para um clube se manter sem um campo de futebol e muitos deles encerraram suas atividades.

Atualmente, o cenário varzeano em Guaianases é marcado pela intensa disputa por espaços para jogar. Poucos clubes são proprietários dos campos (e terrenos) onde jogam. Muitos não possuem campo e têm que pagar determinadas quantias para jogar, inclusive deslocando-se para outros bairros. O tradicional 1º de Maio, por exemplo, desalojado desde o início da década de 1990 por conta de processos de autoconstrução de moradias no antigo terreno que ocupava, paga mensalidade para usar o campo do River Plate, bem como o fazem diversos outros clubes do bairro.

Assim, como outras agremiações varzeanas, a trajetória do Botafogo de Guaianases, fundado em 1955, também é marcada por trocas contínuas de campos de futebol, migrando algumas vezes de espaço. O terreno onde ficava o primeiro campo deu lugar a um condomínio residencial. Depois, sem espaço próprio, o clube passou a

alugar mensalmente outros campos do bairro ou circular pela cidade, atuando sempre como visitante.²¹ Já nos anos 2000, os grupos sociais envolvidos e agremiados do Botafogo apropriaram-se de um terreno em uma área próxima à estação de trem Guaianases. Com a ajuda de empresários, comerciantes e políticos próximos à agremiação, algumas máquinas foram emprestadas para nivelar o terreno e fazer o campo de futebol. Em acordo legal com o proprietário, o uso da área foi liberado para a agremiação e registrado em cartório. Com a autorização em mãos, o clube passou a sediar suas partidas e reunir recursos para a construção de vestiários no local.

Contudo, logo após a conclusão das obras do campo e vestiários, os agremiados do Botafogo foram surpreendidos²² com o projeto de construção do CEU Jambeyro no mesmo terreno.²³ Na época, após muitas negociações, foi acordado que o campo de futebol permaneceria na extensão do terreno, mas em outro local. Assim, apesar do material perdido na construção dos vestiários, o uso do campo foi assegurado e a manutenção, naquele momento, ficou sob a responsabilidade do Botafogo. O campo de terra foi cedido temporariamente ao clube, que manteve uma relativa autonomia na gestão do espaço, porém a área continuava vinculada à unidade educacional e à Prefeitura.²⁴

Em outubro de 2011, seguindo um projeto de remodelação dos espaços esportivos que vinha sendo adotado em várias regiões do município, foi anunciado que o campo de terra batida do Botafogo seria substituído por um campo de gramado sintético.²⁵ Além disso, os vestiários seriam reformados e o espaço receberia iluminação com a instalação de refletores para viabilizar atividades noturnas. Planejada para durar quatro meses, a reforma teve seu prazo de conclusão continuamente adiado.²⁶ Em março de 2012, o campo já estava

²¹ A maioria dos campos de Guaianases, que se dedica à prática futebolística, seja varzeana ou infanto-juvenil, envolvendo homens e mulheres, cobra mensalidade e uma taxa para manutenção de campos de várzea. Prática comum também nos CDCs (Clubes da Comunidade), praças esportivas da Prefeitura de São Paulo que oferecem atividades lúdicas e práticas de diversas modalidades (SPAGGIARI, 2009).

²² Quando construíram o campo, os botafoguenses não sabiam que aquele espaço posteriormente viria a ser um local estratégico com a construção do CEU Jambeyro e o prolongamento da av. Nova Radial Leste até Guaianases, uma das mais importantes obras viárias da Zona Leste.

²³ O CEU Jambeyro foi inaugurado em agosto de 2003.

²⁴ A chegada do CEU Jambeyro provocou transformações nas dinâmicas locais e formas de apropriação do espaço. A venda de alimentos e bebidas alcoólicas, por exemplo, passou a ser proibida na área ao redor do campo. Além disso, qualquer projeto de mudança ou reforma demandava encaminhamentos burocráticos.

²⁵ A reforma do campo e a troca para grama sintética gerou várias controvérsias entre os varzeanos, especialmente os veteranos. Ao mesmo tempo, celebravam a notícia e lamentavam o fim do campo de terrão. Identificavam vantagens, como o fato de ser uma superfície mais segura, sem buracos. Mas reclamavam de o jogo ficar muito corrido e da bola pingar demais. A própria diretoria do Botafogo demonstrava preocupação com os custos de manutenção do gramado sintético.

²⁶ A reforma incluía, segundo um dos engenheiros da obra, um longo processo de obras de preparo da terra, drenagem, impermeabilização do solo, implantação da

gramado, porém só foi inaugurado em maio, quando são realizadas as celebrações de aniversário do Botafogo e do próprio bairro.²⁷

O atraso na entrega do campo não foi, contudo, a maior surpresa que a diretoria do Botafogo teve naquele primeiro semestre de 2012. Ao longo da reforma, a diretoria do Botafogo foi notificada que o campo seria também incorporado ao CEU Jambeiro como equipamento esportivo municipal da Prefeitura de São Paulo. A gestão do equipamento, por meio da Secretaria Municipal de Educação (SME), fez valer o direito à propriedade do terreno e decidiu rever o acordo selado em 2003, pois o gramado sintético agora permitiria o uso do campo para as atividades esportivas e recreativas de estudantes da unidade educacional. O CEU aproveitou o longo tempo de reforma do campo para redefinir a área de cercamento do equipamento, incluindo os campos no perímetro de gradeamento. O nome oficial do campo mudou para “Campo CEU Jambeiro/Botafogo”. Reunia, assim, os dois principais atributos de designação dos campos varzeanos: o nome do clube ou da localidade (bairro, distrito, vila, parque etc.).

Após ser incorporado pelo CEU Jambeiro, diversificam-se os usos e o campo passou a ser frequentado por um público mais amplo. Assim que a notícia se tornou pública, outros clubes procuraram a gestão do equipamento demonstrando interesse em conseguir algum horário na agenda do campo. A instalação dos refletores permitiu usos no período noturno, em horários previamente agendados por equipes, entidades e grupos de amigos da região. Se antes o estacionamento ficava aberto a qualquer um que quisesse estacionar, após a reforma somente funcionários e professores do CEU podiam utilizá-lo.²⁸ A diretoria do CEU Jambeiro proibiu também qualquer atividade comercial do Botafogo na área dos campos, principalmente a venda de bebidas alcoólicas, o que gerou revolta entre os diretores do clube, pois parte da receita da agremiação vinha da barraca de bebidas e churrasco instalada ao lado do campo aos sábados e domingos.²⁹

O CEU Jambeiro queria impor uma disciplina em um espaço definido por eles como “público”, mas o controle de acesso exigido pelo equipamento contrariava os interesses da direção, dos torcedores e dos entusiastas do Botafogo. Surpreendidos com as ações tomadas pelo CEU, os diretores procuraram de todas as formas manter o controle

grama sintética, uso de toneladas de areia fina para acomodação da grama e, por fim, aplicação de uma camada de borracha triturada para deixar o campo macio.

²⁷ Somente em novembro de 2012 o campo CEU Jambeiro/Botafogo foi inaugurado oficialmente, com a visita do prefeito Gilberto Kassab, que vistoriou os campos de futebol reformados e incorporados ao CEU Jambeiro.

²⁸ Meses depois, o Botafogo conseguiu liberar a entrada dos carros dos diretores e professores da escolinha. Em 2013, o estacionamento foi liberado aos domingos, visto que não há aulas na escola.

²⁹ Somente em 2013, em um novo cenário de negociações com o gestor do CEU, é que o clube voltou a montar a barraca na área próxima ao campo.

sobre a área.³⁰ Entre o início e término das obras houve uma longa jornada de reuniões e conversas informais, envolvendo a diretoria do Botafogo, a gestão do CEU, a Diretoria de Educação da Subprefeitura de Guaianases, lideranças comunitárias e atores políticos (locais, municipais e estaduais), pois as controvérsias e rearranjos envolvendo o campo se entrelaçavam com as eleições municipais de 2012 (SPAGGIARI, 2016).³¹

Desde então, a relação entre clube e CEU tem sido pautada por diálogos cotidianos e alguns embates pontuais, com ambos dividindo a responsabilidade pela gestão do espaço. Embora não seja “dono do campo”, o Botafogo tem autonomia para definir e controlar os horários de um espaço que os varzeanos continuam a chamar de “campo do Botafogo”. Contudo, essa longa relação permanece sob tensionamentos, pois podem ter novos desdobramentos frente a qualquer mudança nos rearranjos locais, seja na composição da diretoria do clube, quanto na gestão e diretrizes do CEU, ou mesmo no jogo que mobiliza atores políticos em diferentes esferas e escalas.

Cidades futebolísticas

Os tensionamentos e negociações envolvendo o Botafogo e o CEU Jambeiro acerca dos usos do campo de várzea em Guaianases permite apreender alguns desdobramentos relacionados a outras práticas e dinâmicas que também dialogam com a discussão tecida até aqui sobre certas balizas temporais e processos socioespaciais relativas à urbanização de São Paulo (SP).

Têm-se observado, nas últimas décadas, o desenvolvimento de projetos sociais³² por grupos populares e periféricos, como associações comunitárias e entidades locais, que se apropriaram de saberes, léxico e formas de organização consolidados por instituições do terceiro setor e

³⁰ Para justificar a importância do campo, destacaram a participação do clube em diversos eventos do calendário esportivo da cidade e o projeto de escolinha de futebol para a comunidade do entorno.

³¹ Por conta das alianças políticas travadas durante o “tempo da política” (PALMEIRA, 1996), a diretoria do clube procurou evitar novos atritos com os gestores do CEU Jambeiro nos últimos meses daquele ano. Ao contrário, nas reuniões comunitárias e eventos que se seguiram, membros do clube reforçaram os pedidos de agradecimento aos projetos e ações que a unidade educacional apoiou desde sua criação, em 2003. Além disso, a diretoria divulgou um comunicado de agradecimento à Prefeitura e à Secretaria de Educação pelas reformas no espaço, pelo sistema de iluminação e por implantar o gramado sintético.

³² A relação entre práticas esportivas e Estado, recorrente ao longo século XX (MANHÃES, 2002), viria a ser institucionalizada, especialmente pela dimensão educativa, a partir da Constituição de 1988 e continuada com a Lei federal nº 8672 de 1993 (conhecida como Lei Zico) e a Lei federal nº 9615 de 1998 (conhecida como Lei Pelé). Articulação que vem ganhando novos contornos nas últimas duas décadas, mobilizando temas como direitos sociais e políticas neoliberais (DECCACHE-MAIA, 2003).

passaram a constituir seus próprios projetos de cunho social.³³ Movimento observado, inclusive, no circuito varzeano paulistano. Muitos clubes de várzea organizaram suas próprias “escolinhas de futebol” para crianças e jovens das localidades onde estão inseridos. As agremiações que dispõem de maior estrutura, principalmente de um campo, passaram a ter “categorias de base” em seus quadros, colocando crianças e jovens das “escolinhas” para disputarem competições locais, regionais e municipais.³⁴ Essas “escolinhas” se tornam espaços de referência e sociabilidade para as crianças e jovens nas relações cotidianas em regiões que oferecem poucas opções de lazer. Por isso, “comunidade” é um tema acionado nestes projetos para realçar valores positivos de integração do bairro frente a aspectos negativos, como pobreza, violência, desordem etc.³⁵

A Escola de Futebol Comunitária do Grêmio Botafogo de Guaianases, cujas atividades são realizadas no campo compartilhado com o CEU Jambuí,³⁶ é um componente significativo dentro da atual estrutura do clube, principalmente pela veiculação, em diferentes mídias, enquanto projeto social e comunitário. Os diretores do clube promovem a “escolinha” enquanto um espaço de sociabilidade para crianças e jovens do bairro, bem como um ambiente de convivência familiar. Porém, além dessa perspectiva socializadora, a “escolinha” é definida também, por moradores do bairro, como um espaço de lazer, de competitividade ou para prática de atividade física. Dentre estas, uma das definições mais acionadas pelo clube é a de espaço de formação e produção de jogadores, com o clube inclusive tecendo parcerias com clubes profissionais.

Segundo os diretores da agremiação, tal articulação entre trabalho comunitário e produção de jogadores diferencia a iniciativa ali realizada da proposta de escolinhas franqueadas e de projetos sociais do bairro. Estas duas formas de compreensão das atividades são ativadas situacionalmente conforme as práticas e interesses dos botafoguenses, que ora acionam a “escolinha de futebol”, quando querem enfatizar que se trata de um trabalho social comunitário, ora

³³ O aumento na oferta de projetos educacionais – públicos, empresariais, ONGs ou iniciativas autogeridas – vinculados às atividades artísticas e esportivas está diretamente relacionado aos discursos sobre criação de oportunidades para crianças e jovens expostos a situações de violência e carências (afetiva, financeira, de chances, de lazer, etc.) (ZALUAR, 1994; GUEDES et al., 2006).

³⁴ Ao longo do ano são realizados diversos campeonatos e torneios voltados exclusivamente para as “categorias de base”. Os torneios locais e regionais costumam reunir principalmente agremiações varzenas, mas também, em alguns casos, escolinhas franqueadas de clubes profissionais.

³⁵ Os clubes varzeanos enfatizam, por meio desse discurso, a concepção de que o ensino de futebol é também um instrumento pedagógico privilegiado; veículo de promoção da cidadania, educação e do esporte, com ênfase nos aspectos lúdicos, mas por meio da transmissão de regras e valores para crianças e adolescentes.

³⁶ A “escolinha” abrange diversas categorias etárias, entre 6 e 17 anos, que servem de referência para as partidas e campeonatos disputados. As atividades são de manhã e de tarde, entre terça e quarta-feira, com partidas sendo realizadas aos sábados.

utilizam as “categorias de base”, para reforçar o envolvimento do clube no processo de captação e inserção de jogadores na esfera profissional.³⁷

De toda forma, ambas as concepções revelam uma dimensão importante do denso e dinâmico universo relacional que circunda o futebol varzeano e seus campos. Crianças e jovens “jogam bola” em diferentes tempos e espaços do cotidiano paulistano, atravessam vários contextos citadinos e também se envolvem com os ambientes varzeanos. Aprendem a jogar “jogando”, algo que não se dá de uma só vez, mas em um processo contínuo, por meio de um intenso compartilhamento de conhecimentos. Os jovens futebolistas aprendem na prática e na partilha de saberes em diversos espaços e superfícies: ruas, quadras de futsal, campos de várzea, casas, escolas etc.. A construção do saber futebolístico não se resume, assim, a uma passagem liminar, mas envolve uma participação intensa e contínua nas tramas das redes de relações futebolísticas e citadinas que atravessam o cotidiano varzeano do bairro e da cidade.³⁸

A construção de redes de relações centradas nos campos varzeanos possibilita a ampliação destas para o bairro e a cidade por meio da participação em competições, amistosos, avaliações e peneiras – processo tradicional de seleção de jovens jogadores por clubes profissionais. Diversos atores ligados ao futebol de várzea – professores da escolinha, diretores do clube, agentes/empresários – afirmam que, para ser jogador, é fundamental estar em trânsito contínuo, circulando por vários ambientes, seja para disputar partidas e torneios por um único clube, seja para rodar por diferentes agremiações e campos em busca de um espaço. Nessa rodagem, os jovens perpassam dezenas de campos varzeanos, potencializando os usos de espaços apropriados em contexto pretérito, sejam aqueles provisórios, sem título de propriedade, bem como outros CDCs, CEs, e CEUs, para além do próprio CEU Jambeiro.

Ainda que enfrentem adversidades e obstáculos para o deslocamento em uma cidade que não facilita a mobilidade, os jovens, por meio do futebol, “aprendem” a circular pelo espaço urbano, utilizar os transportes públicos, chegar aos campos, treinos e avaliações. Configura-se uma circulação por entre campos e clubes que valoriza a trajetória dos jovens futebolistas, tal como o *rodar* (RIAL, 2008) no campo profissional do sistema futebolístico. O caso de Felipe, jovem futebolista da “escolinha” do Botafogo de Guaianases, é exemplar para

³⁷ Tal distinção também é observada nos modos de definir a posição daqueles que trabalham na escolinha, reconhecidos ora como “professores” da escolinha, ora como “treinadores” das categorias de base; ou na posição dos jovens, chamados de “alunos da escolinha” ou “jogadores das equipes de competição” das categorias de base, a depender do contexto em que estas denominações são acionadas.

³⁸ Para uma reflexão mais detida sobre tais práticas, conferir Spaggiari (2009), pesquisa sobre o ensino e aprendizagem do futebol em uma escolinha do bairro Cidade Líder, Zona Leste de São Paulo, e Faria (2008) sobre aprendizagens da prática do futebol em um bairro de Belo Horizonte.

entender a constituição da cidade a partir dos seus espaços de “jogar bola”.

Manhã de sábado, o ônibus com uma das equipes de competição do Botafogo de Guaianases segue pela Av. Radial Leste em direção ao estádio do Pacaembu. Professores da escolinha, diretores do clube e familiares acompanham, nesse ônibus, os jovens futebolistas, quase todos na faixa dos 13 e 14 anos. O trânsito, enfrentado diariamente pelos moradores da Zona Leste em direção ao centro da cidade, atrasa a ida e preocupa os botafoguenses. Na altura de Itaquera, próximo à Arena do Corinthians, começa uma pequena agitação. Os jovens reclamam do caminho escolhido pelo motorista: “Que ‘vacilão’, por que pegou a Radial? Era só ter ido por São Miguel e pegar a Marginal Tietê!”, indica Jonathan. No caminho, muita bagunça e animação. Na parte da frente, comissão técnica e familiares, na parte de trás, a “turma do fundão”, composta pelos jogadores e alguns amigos do bairro. Os jovens conversam sobre as expectativas para a final, como seria jogar no Pacaembu, mas também sobre garotas, aparelhos eletrônicos, modelos de chuteiras, etc. Questionam, ainda, qual seria a escalação inicial, que ainda não fora revelada pelo treinador. À minha frente, dois garotos, sentados lado a lado e um tanto alheios às brincadeiras dos demais, acompanham atentamente as mudanças na paisagem urbana pela janela do ônibus. Um deles, Felipe, indica para o colega os lugares que conhece. Para cada bairro, identifica, de forma minuciosa, os campos onde já havia jogado: localização, nome do campo, estrutura das instalações, tamanho do gramado. Tal interação se repete por quase todo o trajeto. Quando estamos na região do centro expandido, o colega, menos conhecedor dos espaços citadinos e campos de futebol, pergunta a Felipe se o estádio do Pacaembu fica próximo da Av. Paulista, e aventa a possibilidade de darem um pulo na famosa avenida. Felipe responde que não sabe, pois nunca fora à Paulista, e em seguida complementa: “Mas ali perto tem os campos da Casa Verde”. (Relato de campo)

Assim como no caso dos jogadores profissionais, que pouco conhecem as cidades que visitam a trabalho para além dos trajetos aeroporto-hotel-estádio-hotel-aeroporto (DAMO, 2007; RIAL, 2009), a rotina que envolve a disputa das partidas oferece poucas oportunidades aos jovens futebolistas de conhecer outros espaços citadinos, apesar da presença em campos de futebol próximos. As crianças e jovens futebolistas se relacionam com a cidade e seus múltiplos atores sociais, predominantemente, por meio do futebol. Contudo, o itinerário perpassa outros espaços de lazer das vilas e de bairros, lugares de certa liberdade, onde não estão presos às regras de casa tampouco dos clubes. Bailes *funk*, *shoppings* e *lounges*, entre outras atividades, revelam as apropriações dos espaços urbanos pelos jovens, principalmente por meio de uma intensa movimentação aos fins de semana.

Tais práticas e itinerários reafirmam o direito à mobilidade na cidade daqueles que vivenciam um distanciamento físico e simbólico, com poucas oportunidades de transitar por regiões mais centrais e turísticas. No trânsito por tais espaços, os jovens periféricos ressignificam a intencionalidade idealizada pelos promotores do espaço-mercadoria, este que passa, ainda que de modo fugidivo e transitório, por insurgências e novas proposições de usos. Reivindicam, na prática e em movimento, uma forma de inclusão na vida urbana, de estar na cidade, em um processo constante de integração das periferias afastadas das principais centralidades (FRÚGOLI JR., 2000).

Diante das contradições do espaço urbano, vivenciam um cotidiano de deslocamentos que problematiza dicotomias cidadinas como centro-periferia e trabalho-lazer. Se os acessos a outras regiões são assinalados pelas dificuldades de circulação pela cidade em que vivem os jovens futebolistas dos bairros periféricos, por meio do futebol, exploram os espaços de uma cidade desconhecida, alargam suas redes e ampliam suas referências. A mobilidade dos jovens futebolistas coloca centros e periferias em movimento, bem como tensiona as linhas de desigualdade das fronteiras geográficas e simbólicas que os apartam do restante da cidade, demonstrando as porosidades do espaço urbano (ADERALDO, 2017).

A cidade é, portanto, uma variável fundamental para compreender dinâmicas, práticas e relações constitutivas do processo de produção de jogadores de futebol no universo varzeano. A partir de suas perspectivas e experiências juvenis e periféricas, os jovens futebolistas se movimentam pelas situações urbanas, trafegam pela permeabilidade da experiência cidadina (FRÚGOLI JR., 2005), vivenciam a cidade, intervêm e interagem com o espaço, criam relações, expressam afetividades, redefinem as margens e subvertem prescrições. Em deslocamento, articulam uma multiplicidade de contextos e relações vivenciadas entre campos de futebol e espaços esportivos. Uma intensa mobilidade que produz vidas que não estão inscritas no interior de pontos e tampouco circunscritas a uma série de destinos interligados; ao contrário, como lembra Ingold (2007, p. 90), são marcadas por linhas que, em vez de pontos e locais, caracterizam-se por serem contínuas e dispostas em malhas, sempre em movimento: “Longe de conectar pontos em uma rede, cada relação é uma linha em uma malha de caminhos entrelaçados”.³⁹

Enquanto se movimentam e exploram pela cidade de forma aberta e contínua, crianças e jovens garantem, por meio da prática do futebol, certas modalidades do direito à cidade (LEFEBVRE, 2001[1969]), contribuindo para atualizar a produção do próprio espaço urbano. Nesse sentido, mais do que apenas um projeto de produção de jovens jogadores, o futebol também é uma dimensão privilegiada para compreender a participação destes no processo de produção da cidade.

³⁹ Tradução nossa da seguinte passagem: “Far from connecting points in a network, every relation is one line in a meshwork of interwoven trails”.

Mas, longe de reafirmarem uma representação fixa, normativa e apriorística do urbano, crianças e jovens desvelam um *fazer cidade* (AGIER, 2011)⁴⁰ orientado por táticas e saberes (CERTEAU, 1994) que direcionam seus deslocamentos, percursos e itinerários pelos lugares e espaços onde o futebol é vivido e praticado na metrópole.

É assim que fazem *cidades futebolísticas* - quando os campos são a cidade⁴¹ -, desenhadas de forma singular por aqueles que as mapeiam e se apropriam dos seus espaços, sejam jovens futebolistas, varzeanos ou torcedores, conforme seus itinerários, temporalidades e formas de deslocamento. *Cidades futebolísticas* constituídas de campos de várzea que sobrevivem em meio a discursos conflituosos e disputas sobre o espaço urbano. Trata-se, portanto, de uma *cidade relacional*, como sugere Michel Agier (2011), construída a partir da mobilidade, circulação e de experiências concretas por territorialidades e socialidades alargadas.⁴² Ao acompanhar algumas destas linhas de vida, trajetórias, movimentos contínuos e caminhos percorridos pelas crianças e jovens varzeanas, revelam-se cidades que não são fixas nem estão concluídas.

Tais *cidades futebolísticas* atestam um contraponto ao próprio modelo administrativo e normativo de metrópole, que tanto tolhe os encontros e que insiste em programar a vida para o consumo. Alentam para outra urbanização possível, sobretudo quando pensadas em articulação a outros arranjos populares, periféricos e de resignificação, como o próprio circuito varzeano.

Algumas considerações, desdobramentos e provocações

Desde a primeira metade do século XX, a várzea mobiliza redes de relações, encontros e deslocamentos como os observados, contemporaneamente, tanto em seus campeonatos, copas e festivais, quanto nos usos e circulação das crianças e jovens futebolistas por diferentes espaços relacionados ao “jogar bola”. São espaços perpassados pela administração pública, particulares ou aqueles construídos a partir da apropriação do espaço. Ademais, outras práticas e experiências esportivas de apropriação dos espaços urbanos também

⁴⁰ Segundo Agier (2011), um olhar para o modo como a cidade é vivenciada e inventada em situações cotidianas nos bairros, ruas, espaços domésticos ou de trabalho, dentre outras, permite compreendê-la do ponto de vista dos cidadãos, deslocando assim o olhar da cidade para as pessoas que vivem, sentem e fazem a cidade.

⁴¹ Parafraseando “Quando o campo é a cidade”, de Magnani (1996).

⁴² Michel Agier (2011) propõe um acompanhamento da construção de redes ampliadas que partem de um núcleo inicial específico e territorializado, marcado por relações cotidianas e diferentes formas de sociabilidade, bem como constituído pelas esferas da família, vizinhança, trabalho e lazer. Tais relações e sociabilidades, inicialmente vinculadas a um contexto singular, articulam-se e se alargam em redes, ligando os pequenos mundos de cada cidadão, a “cidade familiar”, às macroestruturas sociais.

revelam *idades futebolísticas*, recortadas e ordenadas cotidianamente por meio do futebol de várzea.

Dentre tantos *futebóis* que são jogados, pensados e vividos enquanto expressões populares na cidade de São Paulo, é fundamental refletir sobre a heterogeneidade de práticas dissonantes que desafiam a estrutura generificada e heteronormativa que configura o futebol em suas múltiplas manifestações. A presença crescente de mulheres nas dinâmicas esportivas populares, por exemplo, deve ser compreendida a partir dos engajamentos e resistências de torcedoras, organizadoras, dirigentes e jogadoras a quem a experiência futebolística foi, durante muito tempo, cerceada ou restrita (BONFIM, 2019). Esse protagonismo insurgente das mulheres desvela diferentes *idades futebolísticas*, tecidas por modos de vida, sociabilidades, pertencimentos, mobilidades e diferentes arranjos coletivos de apropriação dos espaços varzeanos da cidade de São Paulo.⁴³

A despeito de suas experiências singulares, os campos de várzea produzem pertencimentos e identidades às varzeanas e varzeanos que se reconhecem dentro de um *circuito* (MAGNANI, 2005) mesmo não conhecendo e frequentando, plenamente, esses lugares dispersos pela metrópole. Assim, conforma-se um *circuito varzeano* (MYSKIW, 2012) que, a cada encontro nos campos de várzea, conecta modos particulares de vivenciar experiências urbanas e de fazer cidade (AGIER, 2011). A várzea confere, assim, um sentimento identitário, que fortalece o pertencimento ao bairro de origem ou a determinado agrupamento, os clubes, por meio do qual são compartilhados valores, afetos, códigos, gestos, linguagens, memórias, sons, imagens, entre outras possibilidades. Em sentido amplo, tal pertencimento culmina num envolvimento maior: as pessoas pertencentes a essa trama se entendem como *varzeanas*.

São, portanto, milhares de boleiras e boleiros, torcedoras e torcedores, em seus diferentes modos de vivenciar o futebol, seja na expectativa da prática do jogo ou das confraternizações que o acompanham. São centenas – e quiçá milhares também –, de pessoas diretamente envolvidas nas atribuições organizativas que suscitam a realização de numerosos jogos, espalhados pela metrópole, principalmente nas periferias. Pessoas que organizam a agenda, a equipe, os deslocamentos, as estruturas, os fardamentos e tudo o mais que viabiliza o jogo varzeano, mesmo que tal arranjo se dê no limite do possível, em termos de investidas econômicas. Que organizam, também, a festa e o encontro, a partir de fazeres coletivos: formas de

⁴³ Em 2022, a PUC-SP, com o auxílio do Plano de Incentivo a Projeto de Extensão (PIPEXT) realizou um projeto que teve como objetivo produzir um mapeamento das equipes varzeanas de mulheres na região metropolitana de São Paulo (SP), além de identificar demandas e traçar perfis sociais da composição das equipes. O mapeamento está disponível para download no site do Ludopédio: <https://ludopedio.org.br/biblioteca/mapeamento-do-futebol-feminino-varzeano-de-sao-paulo/>

associativismo e sociabilidade, que têm nos clubes varzeanos seus demarcadores mais expressivos.

Este “ser” da várzea está assentado em práticas culturais diversas. Nos campos, para além do jogo e torcida, há a comida de bar e de churrasqueira, a resenha de antigas e renovadas amizades, grupos em comunhão descontraída e, também, em rivalidade. Há a música, ritmando o ambiente futebolístico, entre discotecagens e fazeres musicais, principalmente as rodas de samba e batucadas. Entre arquibancadas, alambrados e terra batida, a brincadeira das crianças e também sua formação no futebol. Ademais, muitos clubes organizam acervos – materiais impressos, registros fotográficos e audiovisuais, troféus, uniformes –, como expressão de memórias em constante diálogo e compartilhamento.

Nessa trama, seja nos eventos mais agregadores – festas, bailes, campeonatos, copas e festivais –, ou nos encontros semanais mais descontraídos, nos campos do bairro, um conjunto de práticas deslocam o futebol para além do jogo propriamente dito. Os processos organizativos, as negociações políticas, a divisão dos fazeres, o intercâmbio de conhecimentos, a formação de jovens futebolistas, os modos de torcer, as sonoridades e práticas musicais, o atrelamento entre a várzea e o carnaval, bem como a organização de coleções e acervos figuram, entre outros exemplos, como um elenco de processos articulados que constituem a várzea de São Paulo (SP).⁴⁴

As práticas culturais que envolvem o futebol de várzea, nesse sentido, transcendem as quatro linhas e sinalizam a relevância dos campos varzeanos como realização de referências culturais, entre lugares, saberes, objetos, celebrações e formas de expressão.⁴⁵ Com diferentes conteúdos e níveis de estruturação, todo o arranjo demanda, inexoravelmente, aportes financeiros. Onde se desdobram múltiplas relações e formas de capitalização, economias locais, patrocínios e acordo políticos.

Este futebol de várzea contemporâneo traz consigo, como dito, muitos elementos daquele que se realizava no primeiro quartel do século XX, seu contexto seminal. Um futebol varzeano continuamente renovado e resignificado, sem deixar de conter as referências de outrora. Referências embasadas no fazer coletivo, predominantemente voluntário e, muitas vezes, abnegado (FAVERO, 2019), sempre demarcado por princípios fortemente vinculados ao lugar e ao bairro. Referências que, neste longo intervalo temporal, sempre prescindiram da conquista, por diferentes meios, de um campo de jogo.

⁴⁴ A conformação de clubes de futebol de várzea transcende a atuação atlética dentro de campo. São agrupamentos coletivos, de relevância, traduzidos como agremiações esportivas, de caráter popular e grande representatividade, dos bairros centrais aos periféricos. Por meio de uma forte mobilização e responsabilidades distribuídas entre seus membros, esses clubes revelam complexas articulações com diversas instâncias do cenário esportivo, político, de atuação social, de práticas e referências culturais.

⁴⁵ Tais categorias de referências culturais tomam por base a proposta metodológica do IPHAN (2016).

Conquista, pois se trata de espaço apropriado numa dinâmica complexa de relações de poder, engendrada à urbanização, da cidade à metrópole. Assim, o jogo varzeano é, também, inexoravelmente político. Embate que revela a dialética entre o espaço como totalidade, o território como poder e o lugar como instância material e simbólica da vida. No caso do futebol de várzea paulistano, trata-se da singela e extremamente densa questão: *onde* jogar? Da qual se desdobra uma miríade de conteúdos, relacionados aos grupos sociais que, historicamente, protagonizaram a conquista e manutenção dos campos de jogo, em simultaneidade àqueles que realizaram – e realizam – o arranjo de práticas supracitado.

Por isso, tomando os lugares do futebol varzeano como matriz material e simbólica de múltiplas práticas culturais (SCIFONI, 2013), vale retomar a reflexão sobre o que é significativo para as pessoas e grupos sociais em meio ao surgimento, espraiamento e rarefação dos campos na cidade de São Paulo (SP). Afinal, os espaços varzeanos podem ser compreendidos enquanto “produto da prática social acumulada desses agentes, e também como fator de determinação de suas práticas, constituindo, assim, a garantia (visível, pública) de sua inserção no espaço” (MAGNANI, 2005, p. 177).

Nesse sentido, diante da Revisão do Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo (SP), em 2023, reafirma-se a importância de construir um amplo debate, “jogado” de forma aberta e participativa, que consiga, por meio da mobilização de coletivos e organizações sociais, ter ressonância para questionar as relações mercadológicas de poder que buscam enquadrar o modo como os cidadãos e cidadinas se relacionam corporalmente com os espaços em que vivem.

Referências bibliográficas

AB’SÁBER, A. N. *Geomorfologia do sítio urbano de São Paulo*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2007.

ADERALDO, G. *Reinventando a cidade: uma etnografia das lutas simbólicas entre coletivos culturais vídeo-ativistas nas “periferias” de São Paulo*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2017.

AGIER, M. *L’invention de la ville*. Paris: Ed. des Archives Contemporaines, 1999.

ALVAREZ, R. *Os “vazios urbanos” e o processo de produção da cidade*. 1994. 146 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

ANTUNES, F. M. *Futebol de Fábrica em São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade der São Paulo, São Paulo, 1992.

BONFIM, A. *Football Feminino entre festas esportivas, circos e campos suburbanos: uma história social do futebol praticado por mulheres da introdução à proibição (1915-1941)*. Dissertação (Mestrado em História) - Escola de Ciências Sociais, Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro, 2019.

CARLOS, A. F. A. *Espaço-tempo na metrópole: a fragmentação da vida cotidiana*. São Paulo: Contexto, 2001.

CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.

DAMO, A. S.. *Do dom à profissão: a formação de futebolistas no Brasil e na França*. São Paulo: Aderaldo & Rithschild Ed., Anpocs, 2007.

DECCACCHE-MAIA, E. 2003. *Esporte e políticas públicas na virada do milênio: o caso de Niterói*. Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

FARIA, E. L. *A aprendizagem da e na prática social: Um estudo etnográfico sobre as práticas de aprendizagem do futebol em um bairro de Belo Horizonte*. 2008. 229 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

FAVERO, R. P. F. *A várzea é imortal: abnegação, memórias, disputas e sentidos em uma prática esportiva urbana*. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

FONTES, P. *Futebol de várzea and the working class – amateur football clubs in São Paulo, 1940s – 1960s*. In: FONTES, Paulo; HOLLANDA, Bernardo Buarque de (Org.). *The Country of Football: Politics, Popular Culture, and the Beautiful Game in Brazil*. Londres: Hurst Publishers, 2014, p. 87-101.

FRÚGOLI JR., H. *Centralidade em São Paulo: trajetórias, conflitos e negociações na metrópole*. São Paulo: Cortez/Edusp, 2000.

FRÚGOLI JR., H. *O urbano em questão na antropologia: interfaces com a sociologia*. In: *Revista de Antropologia*, v. 48, n. 1, 2005. p. 133-165.

GAMBETA, W. *A bola rolou: o velódromo paulista e os espetáculos de futebol*. São Paulo: SESI-Editora, 2015.

GUEDES, S. L. et al. Projetos sociais esportivos: notas de pesquisa. In: Encontro Regional de História, XII, Niterói. Anais. Rio de Janeiro: ANPUH, pp. 92-92, 2006.

INGOLD, T. *Lines: a brief history*. Routledge: London, 2007.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Educação Patrimonial: Inventários participativos: Manual de aplicação. Brasília, 2016.

LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001 [1969].

LENCIONI, S. Reestruturação urbano-industrial no Estado de São Paulo: a Região da Metrópole Desconcentrada. *Revista Espaço & Debates*, n.38, p.54-61, 1994.

MAGNANI, J. G. C. Quando o campo é a cidade: fazendo antropologia na metrópole. In: MAGNANI, J. G. C.; TORRES, L. L. *Na metrópole: textos de antropologia urbana*. São Paulo: Edusp, 1996. p. 12-53.

MAGNANI, J. G. C. Os circuitos dos jovens urbanos. *Tempo Social*, v.17, n. 2, 2005. p. 173-205.

MANHÃES, E. D. *Políticas de esportes no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

MYSKIW, M. *Nas controvérsias da várzea: trajetórias e retratos etnográficos em um circuito de futebol da cidade de Porto Alegre*. Tese de doutorado (Ciências do Movimento Humano), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012.

PALMEIRA, M. Política, Facções e Voto. In: GOLDMAN, M.; PALMEIRA, M. (Org.). *Antropologia, voto e representação política*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1996, p. 41-56.

RAIMUNDO, S. L. *Território, cultura e política: Movimento cultural das periferias, resistência e cidade desejada*. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

RIBEIRO, R. R.; SPAGGIARI, E. *Futebol Popular*. São Paulo: Editora Ludopédio, 2023. (no prelo)

RIAL, C. Rodar: a circulação dos jogadores de futebol brasileiros no exterior. *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, v. 14, n. 30, p. 21-65, 2008.

RIAL, C. S. Fronteiras e zonas na circulação global dos jogadores brasileiros de futebol. *Antropologia em Primeira Mão*, n. 109, 2009. p. 1-28.

SANTOS, A. L. *O samba como patrimônio cultural em São Paulo (SP): As batucadas de beira de campo e o futebol de várzea*. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

SANTOS, A. L.; BONFIM, A. F.; SPAGGIARI, Enrico. Mapeamento do futebol de várzea de São Paulo (SP): Reflexões para processos de proteção ao patrimônio. *Revista Desenvolvimento Social*. Montes Claros, v. 28, n. 1, p. 122-152, 2022.

SCIFONI, S. Parque do Povo: um patrimônio do futebol de várzea em São Paulo. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. v.21. n.2. p. 125-151, 2013.

SEABRA, O. C. de L. A insurreição do uso. In: MARTINS, J. de S. (org.) *Henri Lefebvre e o retorno à dialética*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SEABRA, O. C. de L. *Urbanização e fragmentação: cotidiano e vida de bairro na metamorfose da cidade em metrópole, a partir das transformações do Bairro do Limão*. 397 f. Tese (Livre Docência) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

SERPA, A. *O espaço público na cidade contemporânea*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2016.

SILVA, D. M. M. *A Associação Atlética Anhanguera e o futebol de várzea na cidade de São Paulo (1928-1950)*. 2013. 210 f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

SPAGGIARI, E. *Tem que ter categoria: construção do saber futebolístico*. 2009. 265f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

SPAGGIARI, E. *Família joga bola: jovens futebolistas na várzea paulistana*. São Paulo: Intermeios/FAPESP, 2016.

STREAPCO, J. P. *Cego é aquele que só vê a bola: o futebol paulistano e a formação de Corinthians, Palmeiras e São Paulo*. São Paulo: Edusp, 2016.

ZALUAR, A. *Cidadãos não vão ao paraíso*. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.

Recebido em 30 de junho de 2023
Aprovado em 12 de agosto de 2023